

ATA DA OCTOGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 29-8-2018.

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Dr. Goulart, Idenir Cecchim, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni e Tarciso Flecha Negra. À MESA, foram encaminhados o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 017/18 (Processo nº 1070/18), de autoria de Prof. Alex Fraga, Fernanda Melchionna e Karen Santos, e o Projeto de Decreto Legislativo nº 003/18 (Processo nº 1072/18), de autoria de Aldacir Oliboni, Adeli Sell, Marcelo Sgarbossa e Sofia Cavedon. Também, foi apregoado o Ofício nº 009/18, de Fernanda Melchionna, comunicando seu retorno ao exercício da vereança no dia vinte e oito de agosto do corrente. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Sofia Cavedon, Aldacir Oliboni, Fernanda Melchionna, Moisés Barboza, João Carlos Nedel e Dr. Thiago. Às quinze horas e dois minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e três minutos às quinze horas e trinta e três minutos, por solicitação de João Carlos Nedel. Em Votação, esteve o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/18 (Processo nº 0813/18). Foi votada destacadamente e rejeitada a Mensagem Retificativa nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/18, por quinze votos SIM e quatorze votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Sofia Cavedon, Cassio Trogildo, Ricardo Gomes, Fernanda Melchionna, Aldacir Oliboni, Airto Ferronato, Moisés Barboza, João Carlos Nedel e Felipe Camozzato, em votação nominal solicitada por Valter Nagelstein, tendo votado Sim André Carús, Cassio Trogildo, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein e Não Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni e Sofia Cavedon. Na oportunidade, em face da rejeição da Mensagem Retificativa nº 01 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/18, o Presidente declarou prejudicadas as Subemendas nºs 01, 02 e 03 apostas a essa mensagem retificativa. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 06 aposta ao Projeto de Lei

Complementar do Executivo nº 010/18, por treze votos SIM, seis votos NÃO e três ABSTENÇÕES, em votação nominal solicitada por Valter Nagelstein, tendo votado Sim Airto Ferronato, André Carús, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Thiago, João Bosco Vaz, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Paulinho Motorista, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein, votado Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Felipe Camozzato, Marcelo Sgarbossa e Sofia Cavedon e optado pela Abstenção Fernanda Melchionna, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Na oportunidade, em face da rejeição da Emenda nº 06 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/18, o Presidente declarou prejudicadas as Subemendas nºs 01 e 02 apostas a essa emenda. Foi votada destacadamente a Emenda nº 07 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/18, a qual obteve quatorze votos SIM, um voto NÃO e duas ABSTENÇÕES, em votação nominal solicitada por Valter Nagelstein, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra, votado Não Valter Nagelstein e optado pela Abstenção Cassio Trogildo e Cassiá Carpes, votação essa declarada nula em face da inexistência de quórum deliberativo. Às dezesseis horas e trinta e seis minutos, foi encerrada a Ordem do Dia. A seguir, Valter Nagelstein pronunciou-se em Tempo de Presidente. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Moisés Barboza. Durante a Sessão, Sofia Cavedon, Professor Wambert, Cassiá Carpes e Ricardo Gomes manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às dezesseis horas e cinquenta e quatro minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Valter Nagelstein, Mônica Leal e José Freitas e secretariados por José Freitas. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Apregoo Ofício nº 09/2018, da Ver.^a Fernanda Melchionna, que informa a interrupção de sua Licença para tratar de Interesses Particulares a partir da data de hoje.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Vereadores, Vereadoras, eles conseguiram (Mostra documento.): “Novo método elevou em R\$ 600 milhões o déficit da LDO para 2019”. Que bom que desta vez os jornais pegaram a fórmula pela qual o Governo continua criando uma ilusão, uma versão ampliada da crise econômica para justificar, colegas municipais e municipais, seus ataques à carreira, ao serviço público, ao patrimônio público e tentar justificar aumento de imposto, aumento de IPTU. Mas, desta vez, eles foram longe demais. Não só 30 dias de greve sem nenhuma mesa de negociação com o funcionalismo municipal, marca de autoritarismo, arrogância, falta de humildade, falta de responsabilidade com a cidade de Porto Alegre, falta de

compreensão da gravidade das consequências de uma greve para uma Cidade, da gravidade da descontinuidade do atendimento em saúde, em educação, na aprovação dos projetos urbanos, no controle ambiental, no controle do lixo, no controle do fornecimento da água, na realização de projetos para obras, tudo o que homens e mulheres, servidores públicos, provém e é fundamental na Cidade. Não bastasse essa falta de diálogo e essa irresponsabilidade com a Cidade, o Governo municipal inventou um novo método para ampliar o déficit. Quando entregou a LDO nesta Casa, o anúncio era de que o déficit era de R\$ 1,1 bilhão. Mas ficou tão chato, tão inconsistente, que já baixou para R\$ 600 milhões o déficit. E ontem, na CEFOR, pudemos comprovar que este déficit é uma invenção. O Prefeito criou uma nova fórmula, ele imaginou: “Olha, eu gostaria de fazer isso, isso e isso na Cidade, o que me custara R\$ 1,1 milhão em novos investimentos; portanto há um grande déficit na nossa Cidade.” Ora, imaginem, isso ele fez nos itens investimentos e outras despesas. Se isso não é um balão de ensaio que qualquer agulhinha estoura. É por isso que toda a cidade de Porto Alegre – eu dizia, para os Vereadores e Vereadoras – está dando razão aos municipais, está solidária com municipais, está criticando o Prefeito Marchezan e adotou a dística: “Fora, Marchezan!”, que não é dos municipais, é da cidade de Porto Alegre, porque tem limite a mentira, tem limite a fantasia para justificar um projeto que é rejeitado pela Cidade, um projeto de redução do Estado, redução de educação, de intervenção pública na saúde e na assistência social que não pode estar mais vilipendiada com este Governo Marchezan. Ora, está bem que imaginasse seus sonhos e os colocasse como um planejamento e resultado para Cidade: isso era bom, isso é alvissareiro. Só que esta fórmula do Prefeito em dizer que isso é déficit, que a Cidade está quebrada, é uma fórmula que desanima a Cidade, que reprime o crescimento econômico, que reprime investimento, que tira a autoestima da nossa Cidade, que assedia funcionários e funcionárias, que tira a esperança, o ânimo de trabalho, que tira a garra de trabalho, deixando uma categoria submetida à última e única hipótese: parar de trabalhar, lutar, denunciar, diante de um paredão, diante do silêncio.

Eu encerro, Presidente, em nome da oposição, Vereadores Fernanda, Alex, Robaina, Adeli, Oliboni e Sgarbossa, fazendo, de novo, um apelo ao Prefeito Municipal. É inaceitável que ele não entenda a necessidade de diálogo, é inaceitável que ele imagine que as mentiras que ele conta vão sustentar seu Governo. Sem esse diálogo, quem perde é a Cidade; com estas mentiras, quem perde é a Cidade, elas não se realizam. Depois, o Governo vai chegando ao final do ano ajustando, ajustando, ajustando, e chega num superávit. Quem acredita num Governo desses? Quem investe num Governo desses? Quem aposta num Governo desses? Quem acha que tem uma Cidade sem servidores? Que este Legislativo diga: “Basta!”, diga: “Negocie!”, diga: “Assuma sua função que não poderá ser substituída por ninguém”, ou então...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, Vereadora. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente da Casa, Ver. Valter Nagelstein; colegas Vereadores e Vereadoras; a todos os municipais, cidadãs e cidadãos que acompanham a Sessão desta tarde, quarta-feira; primeiro, esperamos, logo ali adiante, quando entrarmos na Ordem do Dia, demonstrar à população que nós queremos trabalhar, que nós queremos dar quórum, queremos aprovar ou não os projetos que ora se apresentam. Mas queria me referir, neste pronunciamento, em nome da nossa bancada – Ver. Adeli Sell, Ver.^a Sofia Cavedon e Ver. Marcelo Sgarbossa –, ao projeto que nós protocolamos e que foi lido há pouco, nº 003/2018. Ele contrapõe o decreto do Prefeito Municipal, quando o Prefeito diz, no seu decreto: “...instaurando o processo administrativo disciplinar, com a possibilidade de descontar, em caso de greve dos municipais, os dias paralisados” – mais do que isso, criando penalidades. Então, demonstra claramente aqui, Ver.^a Mônica Leal, que infelizmente o Prefeito Municipal, além de não demonstrar abertura para o diálogo, ele quer punir o servidor que, por sua vez, num gesto legal, constitucional, está em greve, ou em estado de greve – no caso aqui: em greve. E nós, como Câmara Municipal autônoma e com liberdade de expressão e de posição, com certeza, Presidente, queríamos, sim, a abertura do diálogo, independente de qual for o movimento, porque todos os movimentos que dialogam com a Cidade, com o funcionalismo, com as diversas ações que aqui acontecem deixariam de ser não apenas antidemocráticos, como de uma forma radicalizada, de ter um Prefeito que não olha o universo da Cidade, não olha o todo da Cidade, apenas atende interesses particulares. E é o caso, infelizmente, aqui em Porto Alegre, quando nós percebemos que o Prefeito não consegue, de forma nenhuma, abrir ou demonstrar abertura do diálogo com o funcionalismo. Além disso, nós percebemos que todos os projetos que o Prefeito manda para a Câmara, ou são para taxar a população ou para retirar direitos conquistados ao longo de uma vida toda pelos municipais e outros cidadãos e cidadãs. No caso, agora, que nós queremos voltar a votar hoje à tarde, o Prefeito manda um projeto de lei eliminando quase todos os fundos que foram criados democraticamente, discutidos com a ampla sociedade para poder ter um recurso e aplicar na assistência, ou na motivação daquele projeto na cultura, na assistência, na reciclagem e assim por diante.

Por isso que nós, enquanto Vereadores, não podemos nos eximir, ficar calados diante de uma posição de tamanha radicalidade, em que ele mostra para todos nós, cidadãos, Vereadores ou não, que ele, em tese, está colocando em prática o que ele defendeu na campanha como, por exemplo, a privatização dos serviços públicos. Vocês perceberam, ontem, que foi inaugurada parte da ala do Hospital Beneficência Portuguesa, privatizado. Os senhores lembram que aqueles instrumentos que estão ali, pagos com o dinheiro público, antes eram para atender o SUS, a partir de ontem, reaberto, só pode ser atendido quem tem convênios. E esse dinheiro público que foi investido nessa instituição para quem vai servir? Como aconteceu no Hospital da Restinga, como acontece em várias outras áreas como, por exemplo, no Posto da Bom

Jesus, ele levou uma entidade filantrópica com a ideia de fazer parcerias ou privatizar. Nós somos contra a privatização do DMAE, da Carris, do Mercado Público e de tantas outras que foram conquistadas ao longo da história da nossa Cidade com muito sacrifício e com muita determinação. Por isso, em nome da bancada, nós nos posicionamos radicalmente a essa posição do Prefeito de não abrir o diálogo com os servidores e com a população de Porto Alegre...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Boa tarde a todos e todas, queridos, pena que nós temos um Prefeito tão autoritário. É algo inacreditável. Nós estamos muito preocupados, eu, o Ver. Alex Fraga, o Ver. Roberto Robaina e vários Vereadores, assim como o conjunto da categoria, com o grau de intransigência que nós estamos vendo tomar conta do Paço Municipal. Acompanhei muitas greves no Município de Porto Alegre e nunca vi um prefeito que se recusasse sentar para negociar e desautorizar secretários em receber uma categoria em luta, uma categoria que, há dois anos, não tem nenhum tipo de reajuste, que já teve um arrocho salarial e o aumento dos salários pagos para o Previmpa. Então não é só o fato de que não teve aumento, mas ainda teve confisco de uma parte do salário de 11% para 14%. Uma categoria que sofre todos os dias, seja com a falta de condições, eu estou vendo a Isabel aqui, Presidente da Associação do HPS, pois nós tivemos uma audiência pública aqui na Câmara sobre a situação do HPS. Os servidores sem salário, numa greve que o Prefeito não negocia, vieram até os Vereadores para dizer que não aguentam mais atender os pacientes da forma que o Marchezan está mandando. Lixeira para ser usada como travesseiro em pacientes que precisam levantar a cabeça para respirar; apenas uma sala de cirurgia funcionando num hospital que atende vítimas de tiroteio, vítimas de faca, pessoas com acidentes gravíssimos. Falta de 300 profissionais, Isabel, e eu contava aqui da audiência e da aula de cidadania que vocês deram ao Prefeito Marchezan porque poderiam, muito bem, com toda a legitimidade, estar reivindicando salário, mas além disso, vocês vieram reivindicar os direitos do povo de Porto Alegre. É uma pena que o Prefeito seja inimigo do povo, porque os servidores estão defendendo os direitos da população da Cidade. E, nessa gravidade toda, Ver. João Bosco Vaz, o cara não senta...

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz)

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): É. Parece que fica só sentado na cadeira. Não conhece Porto Alegre por um lado, e, por outro, não

responde aos servidores. Mais do que isso: se transferiu para o Ceic, lá na Procempa, para não ter que ter, todos os dias, os municipais em frente ao Paço. E vocês sabem que eles desrespeitam os servidores que trabalham, não permitindo que se use a cozinha no horário do almoço? Os guardas municipais que também estão lá no Ceic, servidores de carreira que estão lá, sendo desrespeitados pelo Prefeito e seu *staff* – um bando de puxa-sacos. Não sei se todos, mas um bando de puxa-sacos é *staff* do Prefeito e boa parte das pessoas é gente que não tem conhecimento da cidade de Porto Alegre.

Aliás, é muito engraçado. Agora, eles fizeram, Ver. Roberto Robaina, um auto de infração ao DCE da UFRGS por ter feito uma passeara reivindicando escola pública, reivindicando professores, reivindicando direitos. Imaginem vocês um Prefeito que quer criminalizar e multar jovens que lutam por direitos, e, ao mesmo tempo, silencia com as empresas que estão investigadas por corrupção no DEP, e que seguem recebendo recursos públicos. O amiguinho dele, que estava na Procempa até ontem, Michel Costa, um dos apoiadores da campanha eleitoral que ganhou uma boquinha lá na Procempa, e só caiu por conta das denúncias de muitos de nós, acabou de ser indiciado por corrupção no DAER. Mas aí o Prefeito não tem boca, porque, para ele, é tudo para os grandes empresários, para os ricos, para os partidos do regime e massacre contra a classe trabalhadora.

Então, eu quero deixar aqui o nosso repúdio à posição do Prefeito. Sei que o Presidente da Câmara entrou em contato com o Prefeito no sentido de transmitir o pedido que foi feito pelo Simpa, sei que vários parlamentares estão exigindo negociação e é necessário que nos pronunciemos com cada vez mais firmeza, exigindo aquilo que é pilar básico da democracia, mesmo que essa democracia tutelada, mas que seja diálogo, negociação e...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver.^a Fernanda Melchionna. O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Presidente, senhoras e senhores, colegas, quem nos acompanha hoje pela TVCâmara, eu vim até aqui para a pauta do dia, que é o projeto dos fundos. A gente teve, em nossos gabinetes, inclusive, várias visitas, e a gente se debruçou, vários Vereadores, sobre emendas e subemendas. E nós queremos trazer luz à verdade sobre o projeto. E eu quero concordar com uma parte, uma frase da colega, não estranhem, mas vou concordar com uma frase da Ver.^a Sofia Cavedon. A Ver.^a Sofia Cavedon usou a seguinte frase: “Mentira tem limite”. Eu também acho: mentira tem limite. (Palmas.) Não, só um pouquinho, talvez vocês não me aplaudam. Mentira tem limite! E algumas das senhoras e dos senhores e algumas pessoas que nos visitaram aqui vieram mobilizadas, não digo que todos vocês, por falta

de informação, não quero pegar pesado e dizer que por mentira. Estão extinguindo o fundo da cultura! Mentira. Mentira tem limite. Aqui está o projeto de lei (Mostra o projeto de lei.). Eu acho que seria bom as senhoras e os senhores pedirem a cópia para lerem. E nós temos aqui no art. 13 que apenas dois fundos serão extintos nessa proposta. E eu vou ler: “Extinguem-se os fundos: Fundo Municipal de Compras Coletivas, Funcompras, gerido pela Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio; e também o Fundo Monumenta. E tem aí também emendas que dizem que o Fundo Monumenta, os recursos para a cultura serão colocados na cultura. Então, dizer que todos os outros fundos serão extintos, desculpem-me, mentira, realmente, tem limite. Eu estou fazendo um esclarecimento público, os colegas que leram o projeto sabem disso, existe uma importante mensagem retificativa em que a redação em todos os trechos dessa mensagem retificativa dá a data do dia 31 de dezembro de 2016. Gente, atentem-se para essa data. É para que aqueles fundos que estão negativos até esse momento, que o dinheiro foi gasto, e isso em outras gestões, em outros lugares públicos, porque o gestor teve que fazer com que naquele conta, contabilmente se diga: “Aqui não tem mais recurso, está zerado esse recurso”. Para que a gente possa, contabilmente, perante a avaliação dessa Prefeitura, acessar recursos para a gestão pública. Isto é importante que as pessoas saibam. E outra frase que foi dita aqui, não sei quem disse, sobre divulgar a LDO, com o déficit que tem, desanima a Cidade. Sim, nós sabemos que o déficit desanima a Cidade, mas eu acredito que a gente tem o compromisso de, mesmo desanimando a Cidade, dizer a verdade. E eu lamento, não digo que são vocês, mas eu lamento que esta Cidade, às vezes, tenha tanta grenalização, tenha tanto jogo de informação, contrainformação, *fake news*, e mobilizações. Não são vocês, mas existem pessoas que usam a falta de informação para mobilizar pessoas. Eu lamento por isso, queremos trabalhar em cima do projeto. E é isso que nós queremos fazer hoje à tarde. Obrigado Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Sr. Presidente, Ver. Valter Nagelstein; senhoras e senhores, Vereadores e Vereadoras, eu tenho ouvido muitas inverdades aqui, esta é a minha tristeza. Veio um Vereador aqui, há pouco, dizendo que o Prefeito quer acabar com os fundos. Não é verdade! Ouçam, por favor. Ele vai realmente extinguir dois fundos: o Fundo Monumenta, que não tem mais recursos, que o Governo Federal acabou com ele, e o Funcompras, que não teve movimentação. Agora vou mostrar a vocês, pelos dados contábeis que não foram colocados aqui. Aqui tem toda a relação dos fundos que vão ficar. Todos vão ficar, e vou dar os saldos. O Fundo Municipal de Desenvolvimento Desportivo tem um saldo, hoje, de R\$ 1.889 milhão, vai ser transferido o saldo de 2016, 90%, no valor de R\$ 108 mil, ficando mais de R\$ 1,7 milhão para o Fundo Municipal de Desenvolvimento Desportivo; o Fundo

Municipal de Cultura tem R\$ 153 mil, vai reduzir em R\$ 122 mil; o Fumpahc – Fundo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural, tem R\$ 470 mil, vai ser reduzido em R\$ 286 mil; o Fumproarte tem R\$ 178 mil, vai ser reduzido em R\$ 50 mil. Isso é fundo contábil, todo mundo pode fiscalizar. O Funmercado tem R\$ 2.622 milhões, vai ser reduzido em R\$ 1.5 milhão; o Funcompras vai ser extinto; o Fundo Pró-Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre – Funproamb, tem R\$ 36 milhões, vai ser reduzido em R\$ 20 milhões, restando R\$ 16 milhões ainda.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Senhores e senhoras, calma. O Fundo Municipal do Turismo tem R\$ 345 mil, vai ser reduzido em R\$ 124 mil; o Fundo de Reparcelamento do Corpo de Bombeiros tem R\$ 6.824 milhões, vai ser reduzido em R\$ 4.3 milhões, vão ficar R\$ 2 milhões ainda; o Fundo Municipal de Iluminação Pública não será reduzido em nada, é um fundo de terceiros e tem R\$ 52 milhões, e ficarão R\$ 52 milhões; o Fundo Monumenta ainda tem um saldo de R\$ 11 milhões, que será transferido para um outro fundo que irá revitalizar o patrimônio público tombado em Porto Alegre. O Fundo de Reparcelamento e Modernização da PGM tem R\$ 27 milhões, vai ser reduzido em R\$ 8 milhões; o Fundo Municipal dos Direitos Difusos tem R\$ 5 milhões, será reduzido em R\$ 3 milhões; o Fundo Especial Pró-Mobilidade tem R\$ 77 milhões, será reduzido em R\$ 70 milhões; e assim por diante. Ver. Carús, com a sua emenda acordada, não será diminuído aquele fundo que V. Exa. está dizendo. Eu quero dizer que muita gente está sendo enganada. Não vão ficar, está aqui! Senhoras e senhores, Vereadores e Vereadoras, eu entreguei esta relação para o Sr. Presidente do Simpa às 11h30min. Ele tem todos os detalhes, pode muito bem esclarecer a todos aqui. Mas eu quero esclarecer aos Srs. Vereadores que irão votar: não vai ser extinto o fundo, não é verdade. Muita gente diz que o Prefeito quer extinguir o fundo, mas não é verdade! Vamos falar a verdade! Nós representamos aqui 1,5 milhão de pessoas, nós temos essa responsabilidade, então temos que ter...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. João Carlos Nedel. O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Eu acho que sou outro mesmo, principalmente com relação às minhas posições, que, democraticamente, são bem diferentes das do meu antecessor. Eu quero, desta tribuna, fazer uma solicitação ao Prefeito Municipal, um pedido ao Prefeito Municipal, que não é só meu, que é já de um conjunto de Vereadores que têm o quórum majoritário desta Casa, que tem a ressonância de quase todos os partidos que é para que, ao invés de radicalizar em ações

que oprimem os servidores e que dificultam os serviços públicos em Porto Alegre, que radicalize no diálogo, que mostre, agora, no momento de crise da Prefeitura Municipal, que é um Prefeito do diálogo, que é um Prefeito que está disposto a dar um passo atrás, de forma humilde, para poder dar três ou quatro para frente. Que receba o Sindicato, que dialogue com os trabalhadores, que dialogue com o coletivo desta Casa. Porque o que está acontecendo em Porto Alegre é que todos perdem com isso. Perdem os Vereadores, perdem os servidores, perde a Prefeitura, perdem os bairros da Cidade, mas principalmente, perdem as pessoas que mais precisam dos serviços públicos na Cidade; as pessoas que mais precisam dos serviços de saúde na Cidade; as pessoas que mais precisam dos serviços de segurança na Cidade; as pessoas que mais precisam dos serviços de educação na Cidade; as pessoas que mais precisam dos serviços públicos de patrolamento, de aviamento de ruas, na cidade de Porto Alegre. Então, que o Prefeito possa se sensibilizar com essa situação, receber o Sindicato, receber os trabalhadores e radicalizar no diálogo.

Eu tenho no meu currículo várias coisas, inclusive, Ver. João Bosco Vaz, de ter radicalizado no diálogo e, dessa situação ocorrida em 2013, eu não me arrependo, acho que é um ponto positivo no meu currículo, poder ter radicalizado, Ver. Moisés, no diálogo. O senhor, o Presidente, a Mesa Diretora, os Líderes do Governo são o fio condutor capaz de poder ecoar o que estão ouvindo aqui nesta Casa, o que ouvem nas escolas, nos postos, nos hospitais da Cidade e poder tentar com isso sensibilizar o Prefeito Municipal. É fundamental que isso ocorra neste momento. Quero dizer, Ver. Nedel, neste pequeno tempo que nos resta, que discordo diametralmente de V. Exa. O objetivo aqui é pegar os recursos dos fundos e botar no caixa único da Prefeitura, Vereador, é tirar o dinheiro das comunidades. V. Exa. é inteligente, V. Exa. sabe disso. Eu tenho certeza de que nós não aprovaremos isso, tenho convicção disso! Para o senhor ter uma ideia, Vereador, eu fiz uma emenda com o Presidente do Conselho de Direito do Consumidor, assinada por outros Vereadores, que ficam excetuados os recursos constantes nos fundos oriundos...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): ...de muitas administrativas e Termos de Ajuste de Conduta. Esse dinheiro, se for aprovado o projeto, não virá mais para a Prefeitura de Porto Alegre. Porto Alegre perderá mais recursos se aprovar o projeto, assim como tem perdido por falta de projetos em algumas áreas, como temos observado no HPS a perda de recursos por falta de projetos. Então, o nosso voto é muito claro nesse projeto, a nossa posição é consolidada e muito clara, mesmo com a mensagem retificativa, de contrariedade a esse projeto do Executivo. Mas, Prefeito, radicalize no diálogo: a Cidade vai ganhar com isso. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Solicito à Ver.^a Mônica Leal assumir a presidência dos trabalhos, e convido a Direção-Geral do Simpa, juntamente com alguns Vereadores, especialmente os Líderes, para fazermos uma conversa no Salão Nobre da Presidência, para tratarmos desta questão.

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h02min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP) (Requerimento): Sra. Presidente, em virtude da reunião do Sr. Presidente com a direção do Simpa e com os Líderes desta Casa, requiro a suspensão da Sessão até a finalização da reunião. Obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovarem permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Estão suspensos os trabalhos da presente Sessão.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h03min.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB) – às 15h33min: Estão reabertos os trabalhos.

Quero informar às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores, às lideranças a disposição do Vereador-Líder do Governo de ser o portador de um documento que nós estamos fazendo, assinado, com a anuência dos senhores Líderes, pelo Presidente da Câmara, solicitando a reabertura de um canal para que nós possamos superar esse impasse, que é a greve, que já dura 30 dias, que certamente traz prejuízos a Porto Alegre em seu todo, e não é nosso interesse que essa situação perdure. Esta manifestação da Presidência da Câmara não entra no mérito das questões que afastam, neste momento, os servidores e o Executivo Municipal. Não temos como julgar, nem é a nossa prerrogativa aqui, dirigir as posições de um ou de outro lado; simplesmente, o que nós estamos pedindo é que se restabeleça um ponto de contato para que, através da conversa, que é a única forma de superar impasses – mesmo sem um lado ceder em muitas coisas ou que o outro diga que não pode –, a gente consiga encontrar alguns pontos de convergência para superação desse impasse que está posto. Então, nós redigimos em conjunto, com as lideranças dos partidos. Será subscrito pelo Presidente, e eu agradeço muito ao Ver. Moisés, que se dispôs, pelo menos, a levar essa manifestação do Poder Legislativo ao Paço Municipal, e nós estamos pedindo então ao Prefeito que retome essa questão. Muito obrigado.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Presidente, em nome da oposição, eu gostaria de dizer a V. Exa. que esse gesto é muito importante, que honra este Parlamento, e que a Câmara, de fato, cumpre um papel fundamental diante do impasse. Quero agradecer em nome da oposição.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Vereadora.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sr. Presidente, eu também queria registrar minha satisfação pela assinatura desse documento, mas que essa tentativa, esse pedido de diálogo seja sincero, porque eu estive pessoalmente na reunião, e o Sindicato estava lá para pedir diálogo com o Governo, mas todos com adesivos “Fora, Marchezan”. (Vaias.) Oh, vão vaiar agora! Esse é o diálogo do Simpa! Pede para dialogar com o Governo, entra aqui na Presidência da Câmara com adesivos “Fora, Marchezan”. Isso é um cinismo, isso é uma hipocrisia, isso é uma falta de respeito a este Parlamento e a Porto Alegre. Escutem, estão gritando: “Negocia, Marchezan!”, mas estão com adesivo “Fora, Marchezan”. Isso não é diálogo, Presidente, isso é cinismo e hipocrisia.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Professor Wambert.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Presidente, estive na reunião, em nome do PP; ajudamos a redigir esse ofício ou manifesto, como queiram, porque vem distensionar, porque o que nós queremos agora é distensionar. Nós estamos numa campanha eleitoral, não é bom para ninguém que esteja envolvido ou não envolvido, ou prejudicando a categoria ou a Prefeitura, a sociedade. A sociedade precisa ver as ações da Prefeitura. Então o objetivo claro do nosso partido, que teve o Ver Nedel e eu como representantes, foi ajudar para que nós distensionemos. Há necessidade de que nós, seja na Câmara, seja no Executivo, é uma exigência da Cidade, é o que mais nos cobram, que possamos conciliar, harmonizar uma forma de a Cidade começar a funcionar. Ela está parada. Esse é o objetivo do Legislativo. Obrigado, Presidente.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0813/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 010/18, que dispõe sobre diretrizes para a criação e a extinção de fundos públicos, e novas regras para movimentação financeira dos atuais fundos, criação do Fundo de Reforma e Desenvolvimento Municipal, autoriza o Poder Executivo a reverter os saldos financeiros dos fundos ativos e extintos ao Tesouro Municipal, e dá outras providências.

Observações:

- com Emendas n^{os} 01, 02, 04 a 08 e 10 a 14, Subemendas n^{os} 01 e 02 à Emenda n^o 06 e Subemendas n^{os} 01, 02 e 03 à Mensagem Retificativa n^o 01;
- retiradas as Emendas n^{os} 03 e 09;
- com Mensagens Retificativas n^{os} 01 e 02;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1^o, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 02-07-18 por força do art. 95 da LOM.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação a Mensagem Retificativa n^o 01, destacada, ao PLCE n^o 010/18. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Mensagem Retificativa n^o 01 a um projeto que pretende drenar os recursos dos fundos para o caixa único. Especificamente esta mensagem retificativa dá nova redação a cada um dos artigos para que, ao final do ano, o recurso dos fundos não utilizados, o que corresponderia a 90% dos recursos do saldo financeiro existente até 31 de dezembro de 2016. Então, o mecanismo que este projeto de lei está criando para drenar, ao final do ano, para o caixa único recursos fundamentais para o trabalho, o investimento em várias áreas da cidade de Porto Alegre a partir de lei. Ao final do ano, 90% dos recursos, quase tudo, retorna ao caixa único. Nesta mensagem retificativa, ele está se referindo a todos os recursos que não foram utilizados até 2016 – vão morrer, acabar, vão para um tal de Fundo de Reforma e Desenvolvimento Municipal. Para nós, isto tem um outro nome: chama-se calote oficializado! Chama-se confisco! (Palmas.)

E agora a Câmara decide se vai zerar toda a dívida social que anos atrás os governos fizeram. Dívidas que representam recursos que não chegaram para as crianças da periferia. Ontem, nós tivemos na Bom Jesus, e aqui está o Centro de Reciclagem da Bom Jesus, que é um dos centros que faz um trabalho fundamental, ambiental, mas que constrói vidas. Estive visitando a Bom Jesus e vi por lá cinema, trabalho educativo para jovens, a partir da reciclagem, e que sentiram... Em frente tem uma praça jogada às traças, não tem banco para sentar, o esgoto corre no meio da praça, os balanços estão quebrados. O fundo do esporte, lazer e recreação não está sendo movimentado, não foi no ano passado, recursos que não foram aplicados e irão morrer, terminar. Não tem mais compromisso do Governo de colocar nessas funções, seja da criança e do adolescente; seja na reciclagem; seja nas praças, no esporte, lazer e recreação; seja para os idosos, Vereadores e Vereadoras; seja no Mercado Público, que poderia estar 100% a pleno vapor, se não tivessem os governos desviado o dinheiro do Funmercado; se não tivessem os governos desviado dinheiro do Funcriança, não tivessem os governos desviado o dinheiro do Fumproarte; do Fundo de Habitação Social. Quantas famílias estão sem moradia em Porto Alegre e esse dinheiro capturado para decisão monocrática do Prefeito e de alguns assessores. Porque, no ano que passou, o exemplo está aí, nós não tínhamos dinheiro para nada, foram parcelados os salários, foi parcelado o 13^o

salário, e o Prefeito alugou um prédio por R\$ 3 milhões ao ano! O dinheiro drenado dos fundos, Presidente. O Governo colocou R\$ 5 milhões em mídia paga! São as decisões do Governo. Será que correspondem aos anseios da Cidade, às necessidades mais básicas da Cidade? Então, assinar embaixo nesse calote é dizer não ao esporte, à criança, à educação ambiental, ao mercado público acessível, humanizado, limpo, que atenda bem à população, aos idosos atendidos com condições de saúde e qualidade de vida. Então, vamos dizer não à Mensagem Retificativa nº 01, porque nós não assinamos embaixo de calote.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver.^a Sofia Cavedon. O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação da Mensagem Retificativa nº 01, destacada, ao PLCE nº 010/18.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos acompanha aqui nas galerias e também pela TVCâmara. Na passada, ali embaixo, já avisei a Ver.^a Sofia que, muito respeitosamente, teria que divergir na quase totalidade das informações que ela passou aqui da tribuna. Ver. Paulo Brum, quando chegamos na Sessão, tinha o pessoal do fórum dos conselhos distribuindo um documento, e eu perguntei se tinham lido a mensagem retificativa. E eu já falei aqui algumas outras vezes nesta tribuna que realmente o projeto da forma que veio, Ver. Moisés, Líder do Governo, permitia que, ao final do exercício, 90% dos saldos não utilizados pudessem ir para o Fundo de Desenvolvimento. Pois fomos nós, Ver. Dr. Goulart – V. Exa. estava junto –, quando numa reunião com a Secretaria da Fazenda e com o próprio Prefeito, dissemos que não havia cabimento para essa possibilidade do jeito que estava colocado. Pois, a partir disso, Ver. Idenir Cecchim, veio a mensagem retificativa. E o que diz a mensagem retificativa? Todos nós sabemos ler, ela está publicada, está aí para quem quiser prestar atenção. O art. 12 diz que poderá ser revertido ao Fundo de Reserva e Desenvolvimento Municipal até 90% do valor correspondente dos saldos financeiros existentes e contabilizados em cada fundo público especial, em 31 de dezembro de 2016. Esse é o único saldo que já foi utilizado e sabem para que foi utilizado? Para pagar as contas de 2016, inclusive a folha de pagamento. A Câmara fez um esforço aqui para antecipar recursos, a Câmara fez um esforço para ir junto ao Tribunal de Contas para que não atrasassem os pagamentos e esses recursos foram utilizados também para pagar os proventos dos servidores. Hoje o projeto está aqui para dizer que esse saldo será revertido contabilmente para o fundo de desenvolvimento, Ver. Alex, para que nós não tenhamos mais essa dívida com os fundos. Por quê? Porque isso é danoso para a contabilidade do Município. A nossa nota junto à Secretaria do Tesouro Nacional foi rebaixada, nós não podemos ter financiamento internacional. Inclusive R\$ 80,8 milhões de financiamento, Ver.^a Sofia, que estavam encaminhados para a reforma de escola, melhoria da educação infantil e capacitação de servidores, não pudemos tomar esse

empréstimo. Por quê? Porque a nossa nota junto à Secretaria do Tesouro Nacional de liquidez está frágil. Nós fomos rebaixados. Esse recurso não existe, Ver. Tarciso. Nós estamos corrigindo contabilmente, Ver.^a Nádia, a condição de um recurso que já foi utilizado. E volto a dizer: foi bem utilizado para pagar os proventos dos servidores. Mas agora com o projeto e com a mensagem retificativa nós estamos dizendo o quê? Contabilmente esses valores vão ser ajustados para que possamos ter novamente uma boa nota junto a Secretaria de Tesouro Nacional e possamos captar, junto ao BID, Ver. Cassiá Carpes, R\$ 80,8 milhões para reformar escolas, ampliar as vagas de educação infantil e inclusive capacitação dos servidores. Está escrito, Ver. Ricardo Gomes, está bem dito aqui. A palavra que vocês utilizaram alguns outros Vereadores estão fazendo, faltando com a verdade aqui, porque o que está escrito é dessa forma. Por isso é fundamental que aprovemos a mensagem retificativa que vai corrigir a forma original que veio no projeto, Ver. Tarciso, dizendo que fundo é imexível, e que aquele recurso que já foi utilizado até 31 de dezembro de 2016, esse sim, contabilmente vai ficar ajustado para que possamos voltar a ter a nossa capacidade de obter financiamentos internacionais. E mais, Ver. Idenir Cecchim: que não estejamos prejudicados inclusive para financiamentos nacionais, aos quais logo em seguida não teremos direito se não melhorarmos a nossa nota na liquidez. Então, vamos aprovar a Mensagem Retificativa nº 01 e vamos aprovar o projeto para que se possa, então, ter novamente condições de captar recursos para a educação inclusive.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado Ver. Cassio Trogildo. O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da Mensagem Retificativa nº 01, destacada, ao PLCE nº 010/18.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, estamos aqui a travar uma batalha contra a realidade, me parece. Como se o recurso que foi gasto continuasse disponível para ser gasto outra vez. É a história de comer o bolo e guardar o bolo ao mesmo tempo. Como se os recursos que foram despendidos pelo Município no passado agora estivessem disponíveis para ser devolvidos. Não estão! Foram gastos, foram aplicados, foram usados – como bem disse o Ver. Cassio Trogildo –, parte deles, para pagar o salário do funcionalismo. Deixaram, portanto, de estar nos fundos. E lá não estão. E essa é a realidade que se impõe e que endereça esta mensagem retificativa, além do projeto inteiro. Estamos aqui tratando como

se houvesse o dinheiro disponível para realocá-lo outra vez, um dinheiro que já foi gasto uma vez. “Queremos o pagamento da dívida com os fundos”. Ora, esse dinheiro não foi alocado em outro fundo e está lá guardado; ele foi ao caixa único e, de lá, foi gasto, foi investido, não está mais disponível para o Município. Devolver esse dinheiro, essa dívida para os fundos significa, no futuro, tirar novo dinheiro de novas destinações para alocar nos fundos, e de que destinações? Em que área da Prefeitura

sobra dinheiro? Que espaço há para se cortar e devolver os mais de R\$ 200 milhões? Ora, está se travando aqui uma batalha contra a realidade, que é essa: os valores não estão nos fundos; e mais, a mensagem retificativa reconhece essa realidade até o dia 31 de dezembro de 2016; estabelece um firme marco temporal que clareia qualquer dúvida quanto ao futuro dos fundos. Essa mensagem retificativa é o compromisso de que, no futuro, não haverá a mesma prática que houve no passado, de realocar os recursos dos fundos para o caixa único e gastá-los no custeio. É isso o que diz a mensagem retificativa: reconhece que há uma dívida com os fundos e que ela é impagável – essa é a realidade –, e reconhece que até 31 de dezembro de 2016 existiu, e está, portanto, estancando essa sangria dos fundos.

O projeto é positivo para os fundos, porque estanca a sangria dos seus recursos para o caixa único, ao passo que reconhece que isso houve no passado e que esse dinheiro não está mais disponível. Falam, falam e falam em transparência; pedem e pedem realidade nas contas públicas, pois aqui está, essa é a realidade: o dinheiro não existe, foi gasto. “Queremos de volta!” – haverá de retirar dos fornecedores que receberam, terão de recuperar dos servidores que com ele foram pagos? De volta de quem? Não é um dinheiro que está disponível no caixa da Prefeitura! E, portanto, essa é uma dívida impagável; essa é a realidade que o projeto esclarece: a dívida é impagável, e a mensagem retificativa...

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Por favor, tem um Vereador na tribuna. Por favor, senhorita, tem um Vereador na tribuna. Vamos esperar que ele conclua a fala, pois atrapalha o raciocínio de quem está na tribuna. Eu solicito, por favor, que permitam que a pessoa desenvolva o seu raciocínio e a sua fala.

Ver. Ricardo, a tribuna é sua.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Obrigado. Estamos, portando, diante da mensagem retificativa que reconhece a realidade dos fundos, que os valores não estão disponíveis como gostaríamos que estivessem. E dizer que vamos devolver esses recursos é uma fantasia, é um recurso que foi gasto, como eu disse, em outras rubricas e, parte dele, grande parte, gasto em pessoal, pagando salários. Por mais que muitos não gostem de ouvir, preferiram apenas falar e não ouvir, eu ouvi todos os colegas que vieram aqui se manifestar na defesa, com ponto de vista contrário ao meu, e não interrompi ninguém. Gostaria, também, que aqueles que discordam – e não me refiro aos Vereadores, refiro-me às galerias – que respeitem o direito deste Parlamentar de dizer...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Gomes. A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Mensagem Retificativa nº 01, destacada, ao PLCE nº 010/18.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONA (PSOL): Eu tenho dito sempre, Ver. Ricardo, que dois erros nunca fazem um acerto. Se os governos erraram com o Fumproarte, com o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, com todos os fundos municipais que nós estamos discutindo aqui, o correto seria a Câmara batalhar para que esses recursos fossem devolvidos para os fundos e não legalizássemos uma ilegalidade. Este é o tema. O que acontece? Alguns podem dizer, Ver. Tarciso: “Ah, agora vocês reclamam”. Não é verdade, nós reclamávamos lá na CECE, quando tu presidias, quando a Ver.^a Sofia era Presidente, que eu era Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Fizemos dezenas de audiências com o SATED, com os artistas, com o Conselho Municipal de Cultura, exigindo que aquilo que está na lei fosse cumprido. Ou seja, que o Fumproarte tivesse os mesmos recursos que o Funcultura, assim como exigimos que o Fundo Municipal para Reciclagem fosse, de fato, implementado, porque nós temos uma luta antiga dos recicladores do Município de Porto Alegre, para que esses recursos, das multas e outros recursos, possam ser usados nas estruturas precárias, Ver. Carús, dos galpões de reciclagem. A lei veio no final de 2016, foi aprovada por unanimidade na Câmara de Vereadores, justamente, pelo reconhecimento do trabalho desses catadores e recicladores para o meio ambiente, e os governos não implementaram; o primeiro não do Governo Marchezan passou batido. Na verdade, temos aqui duas discussões. Primeiro, a extinção de fundos importantes e, diretamente, nós temos o Monumenta, o Funmercado –que, inclusive, está no raio privatizador do Marchezan, que só em privatizações. O Prefeito não consegue pensar numa estrutura para discutir com a cidadania, como defendem os permissionários. E, segundo, tem a extinção por inanição. O projeto, quando, veio permitia saque de até 90% dos valores sobrados dos fundos para esse Fundo Municipal de Desenvolvimento, Reformas e Modernização, e blá-blá-blá. É muito fácil para os governos não indicarem os conselheiros, não executarem os recursos, garantirem com que a cidadania não possa gerenciar os fundos, e depois dizer: “Olha, o fundo não foi gasto, então, vamos pegar e botar aqui na privatização”. É disso que nós estamos falando. Vejam vocês a gravidade! Nós recebemos um documento, Ver. Freitas, do Fórum Municipal dos Conselhos, que tem dezenas de assinaturas de artistas, de escritores, de movimentos sociais, de jornalistas, que foram coletadas em 24 horas. Vejam vocês, o Prefeito tentou fazer uma intervenção no Conselho Municipal de Saúde, que só foi derrubada por uma intervenção judicial. Olhem o que está acontecendo! No CMDUA também: houve uma eleição, o Prefeito perdeu, e agora está tentando mudar as regras. O negócio é o seguinte: o cara vai jogar futebol, tomou um gol, leva a bola e diz que ali não joga mais, acabou o jogo! Foi o que aconteceu com o CMDUA! Isso não é posição de prefeito, é posição de pessoas mimadas.

Agora, a mensagem retificativa dá um marco temporal, porque, de fato, era muito brutal o projeto que foi mandado pelo Governo. Agora, onde passa um boi, passa

uma boiada. Independente de a mensagem retificativa ser menos pior, o projeto, o conjunto tem que ser derrotado, porque nós precisamos ter uma visão concreta da importância desses fundos para a cidade de Porto Alegre. A Silvana está segurando um cartaz: “Violência aumenta sem cultura”. É uma coisa óbvia! Falam, falam e falam em segurança, mas não investem em educação; não dialogam com professores, que estão em greve; não garantem escola pública de qualidade; desmontam os equipamentos de cultura; acabam com o fundo municipal democrático, que permitiu que milhares de artistas porto-alegrenses pudessem fazer arte, gratuitamente, como forma de contrapartida. Isso é muito grave; nós, portanto, queremos aqui encaminhar nesse sentido.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Vereadora. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da Mensagem Retificativa nº 01, destacada, ao PLCE nº 010/18.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Sr. Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; público que acompanha a nossa Sessão nesta tarde. Digam-se de passagem, o projeto original que veio a esta Casa era horrível, era descabível; com a mensagem retificativa continua ruim, continua desleal com o conjunto dos conselhos constituídos para cada fundo, isso porque o atual Governo tenta legalizar o que o governo anterior retirou dos fundos até 2016. Portanto, o governo anterior também deu o calote, retirou recursos dos fundos e os utilizou para outra finalidade. A mensagem retificativa simplesmente legaliza aquele cheque negativo para efeito contábil, mas deixa em aberto o ano de 2017, por exemplo. Quem sabe se o Governo atual utilizou os recursos dos fundos em 2017? Nós estamos em 2018. Possivelmente, sim. Há notícias, por exemplo, que do Fundo Municipal do Idoso ele retirou R\$ 12 milhões – não podemos confirmar, mas há informações. Mas podemos afirmar que ele tirou, por exemplo, Ver. Cassiá, no ano passado, R\$ 3 milhões do Fundo Municipal da Saúde para propaganda! Os senhores sabem em quanto está negativo até o ano de 2016? Estão negativos R\$ 196.122.911,03; portanto, ele deve para os fundos R\$ 145.000.825,49. Nós vamos legalizar este calote? Não vamos legalizar este calote! É como os demais colegas Vereadores falaram: nós queremos a devolução desse dinheiro! O Governo, o Executivo tem que entender – e por isso tem o Legislativo como fiscalizador das ações – que essas políticas criadas pelos conselhos dos fundos são os princípios estabelecidos de para onde seriam destinados os seus recursos, mas o Governo interveio: retirou esses recursos ou está pedindo para retirar parte deles. Muitos podem até entender: “Mas a mensagem retificativa vai tratar somente até 2016”. Mas de 2017 em diante, como fica? Ele pode, até o final do ano, mandar um outro projeto, dizendo o que está dizendo agora para legalizar o que ele retirou em 2017 e 2018. Não há como concordarmos com o projeto original do atual Governo, embora a mensagem retificativa tenha modificado bastante o projeto original; nós, inclusive, apresentamos duas subemendas para serem

discutidas posteriormente. Em princípio, não votaremos a favor deste projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Oliboni. O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Mensagem Retificativa nº 01, destacada, ao PLCE nº 010/18.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; senhoras e senhores que estão conosco nesta tarde de Casa cheia e, muito especialmente, acompanhando de perto algumas questões da Cidade, dentre outras, especialmente a análise deste projeto que trata de modificações nos fundos e a eliminação de alguns deles.

Eu não me canso de falar que estou aqui na Câmara desde 1989, há 30 anos, e Porto Alegre, na sua história, construiu uma participação popular que deu e dá exemplo ao Brasil e ao mundo. Nós somos e precisamos ser sempre a Capital da Participação Popular. As instituições, entre aspas, que expressam essa participação popular são os nossos conselhos municipais, os diversos conselhos municipais que gerem os fundos diversos que temos na cidade de Porto Alegre. Portanto, é preciso olhar com um carinho todo especial qualquer projeto que venha reduzir, eliminar propostas de ações da cidadania da Cidade, e este projeto mexe com isso. Eu vejo que, lá em 2010, apresentei um projeto, o projeto do Fundo do Idoso, e todos diziam que aquilo era inconstitucional, que não podia porque aumentava despesa do Município. Disse: “Claro que aumenta, em torno de R\$ 500,00!” Só que, dos R\$ 9 mil que o idoso recebia antes do fundo, passou a receber R\$ 17 milhões, em média, por mês. Portanto, um avanço bastante grande. Aqui na Câmara, nós constituímos uma Frente Parlamentar em Defesa dos Fundos, que eu presidi, apresentei o projeto e presidi, que teve uma belíssima presença de conselheiros nas nossas reuniões, e a posição dos nossos conselheiros, todos reunidos, é contra o projeto como está. Também recebi diversas mensagens de homens e mulheres de Porto Alegre dizendo que tem que preservar o Fumpoa e alguns outros fundos. Também recebi mensagem sobre o Fumproarte. Portanto, o debate está muito devagar. A questão de mexer no fundo é muito temerosa neste momento. A cidade de Porto Alegre é a cidade da participação popular, e os fundos têm por característica serem geridos pelos Conselheiros Municipais. É isso que dá autonomia aos conselhos para que executem as políticas de cada fundo.

Eu quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar aquelas pessoas, homens e mulheres, que estiveram conosco na nossa frente parlamentar, e a definição dela é pela rejeição. Mais, Ver. Oliboni: nós temos duas emendas que construímos. Uma delas diz que, a partir de 2017, não se poderia mais mexer nos fundos. É uma proposta. E diz que nós não poderíamos...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para encaminhar a votação da Mensagem Retificativa nº 01, destacada, ao PLCE nº 010/18.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Presidente, todos os que nos acompanham na tarde de hoje; gostaria de pedir o apoio do pessoal da Casa para uma apresentação: “Avaliação CAPAG – Indicador de ‘liquidez’”.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Vou, sucintamente, comentar esse projeto, que tem a esperança de ter a nota do indicador de liquidez em posição de uma situação fiscal forte, com capacidade de contrariar empréstimos internacionais – que foi o que os Vereadores aqui se revezaram ao afirmar. Recentemente, em 2017, tivemos um rebaixamento de nota de liquidez, passando de B para classificação C. Pergunto: a quem interessa, política e partidariamente, o rebaixamento deste Governo e desta Prefeitura? “A apuração das disponibilidades financeiras desconsidera os recursos vinculados, e justamente por ter mantido uma reserva significativa de recursos vinculados, o Município foi penalizado.

Fundos. A Prefeitura possui hoje 26 fundos; destes, 6 (seis) não possuem movimentação financeira há mais de três anos; destes, 5 (cinco) não conseguem administrar suas despesas somente com recursos do próprio Fundo, onerando o caixa único. As propostas do PLCE nº 010/2018 - A) Cria regras para criação de novos fundos municipais, exigindo os objetivos: quais despesas poderiam ser pagas, a forma de prestação de contas e a origem dos recursos; B) Os saldos financeiros, que serão revertidos, são aqueles que ingressaram até dezembro de 2016 (...); C) Limitar a criação de novos fundos, impondo requisitos para abertura (...). Por isso, Vereadores, ressalto, com muita veemência, que ninguém está acabando com esses Fundos! Agora, temos que perguntar: quem fica mentindo que estão acabando? “Cria um novo fundo, reforma e desenvolvimento municipal”. É fácil cobrar e dizer que temos que ter desenvolvimento, que temos que tapar buraco – temos! –, mas não deixar a Administração, não importa de que partido seja, sanear suas contas, estancar suas despesas e não acertar a sua receita é não dar governabilidade. A quem interessa não dar governabilidade a uma Administração? “D) Obrigação e publicação quadrimestral, com saldo financeiro, com transparência (...); E) Proibição de criação de fundos que sejam suportados com fundos do Tesouro (...). Extinção dos Fundos. F) Ficarão extintos dois Fundos: Funcompras e Fundo Monumenta.” O Funcompras é o de compras coletivas; e o Fundo Monumenta, assegurando, pelas mensagens e pelas emendas, são investimentos e recursos que poderão vir da área cultural e da mesma área que ainda existe, mas não para patrimônios privados e para fachadas privadas de imóveis. Por que não usar esse recurso na recuperação do Viaduto Otávio Rocha, que também é uma

questão cultural da nossa Cidade? O principal: o projeto visa reverter a nota C do Tesouro Nacional. Mas eu quero pedir que mostrem, por favor, uma reportagem do ano passado. Nós temos ali, alguns manifestantes de partidos, que são servidores, com um caixão, pedindo um fim, o fora do Governador Sartori, que vem enfrentando, sim, um déficit gigantesco no Estado do Rio Grande do Sul, e que, com transparência, vem tentando de tudo para sanear, e também o nome do Marchezan. Então, temos, sim, motivação partidária, e eu respondo todas as perguntas que antecipadamente fiz. A quem interessa não dar governabilidade? Infelizmente, a gente sabe quem são dos partidos que mentem, e são os mesmos que mentem, por exemplo, que o presidiário ia ser candidato a Presidente da República. (Vaias.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação da Mensagem Retificativa nº 01, destacada, ao PLCE nº 010/18.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Ilustre Presidente Valter Nagelstein; Vereadores e Vereadoras, eu fico muito triste e preocupado, quando especialistas em finanças parecem não ter lido o projeto. Não leram a Mensagem Retificativa nº 01. Vereadores que fazem um juramento aqui, dizendo que são defensores da verdade, vêm aqui e não falam a verdade! O Líder do Governo colocou claramente, explicitamente as informações. Eu vim aqui e distribuo para quem quiser os saldos dos fundos que estão lá na Prefeitura. Todo mundo sabe o que é o saldo contábil e o saldo financeiro. O saldo contábil existe, o saldo financeiro foi gasto em outras rubricas. O Líder do PTB teve contato com uma conselheira do fundo, e essa, ao que me consta, confessou que não leu o projeto. Não leu o projeto e é contra! Engraçado, né? Muito engraçado.

Então, eu apelo aos Srs. Vereadores que, diante de qualquer dúvida, a Fazenda está aqui com seus técnicos, seus especialistas, para explicar tudo. O problema é que há pessoas que não querem saber a verdade, e, tristemente, se nós não fizermos isso, vamos aumentar o passivo da nossa Prefeitura, e não vamos receber financiamentos para fazer as obras que a Prefeitura e o povo precisam. Então, por favor, confiem nos números. Não é verdade que “o Prefeito pode mexer do jeito que ele quiser”.

O primeiro artigo da mensagem retificativa diz assim: “O Poder Executivo somente poderá apresentar projeto de lei propondo a criação, modificação ou extinção de fundo público após análise, avaliação e recomendação favorável da Secretaria de Planejamento e da Secretaria da Fazenda dentro das suas competências, e posterior análise jurídica da Procuradoria-Geral do Município”. Depois, o projeto virá para esta Câmara para ser aprovado ou rejeitado. Então, não se mexe assim no mais. E fico muito triste, porque parece que as pessoas não querem entender. Fica difícil administrar qualquer coisa quando as pessoas não querem ler, não querem verificar com calma -

está aqui, à disposição, a copia dos projetos, onde consta claramente: “Poderá ser revertido ao Fundo de Reforma e Desenvolvimento [não vão acabar os fundos] até 90 % do valor correspondente aos saldos financeiros existentes e contabilizados [desse fundo municipal] em 31 de dezembro de 2016.” E aí, meu caro professor, estão aqui à disposição dos saldos contábeis, à disposição de todos que quiserem ver.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Nedel. O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da Mensagem Retificativa nº 01, destacada, ao PLCE nº 010/18.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente. Acho que isso é o reconhecimento de um bom trabalho que vem sendo feito. Quero agradecer pelas boas vindas e também dar boa tarde a todos colegas Vereadores, e ao público que nos assiste. Em Sessão passada, eu mostrei nesta tribuna, quando discutimos inicialmente o projeto de reorganização dos fundos, que nossos fundos municipais estão completamente desorganizados contabilmente e administrativamente; portanto, o projeto vinha em boa hora para isso. Naquela ocasião, perguntei quem era contrário àquilo, e tinha um pessoal gritando nas galerias: “Lula Livre, Lula Livre”. E ficou muito clara a militância organizada em oposição pela oposição, ou seja, ser contra tudo só por ter como proponente o Prefeito Marchezan, o que não é uma coisa produtiva para a Cidade. Muito embora eu seja da base do Governo, não coaduno com esse tipo de posição. O maior problema que eu vejo nessa mensagem retificativa, embora seja a favor dela, é que ela abranda o projeto – faço questão de dizer isso ao Secretário e ao Líder do Governo –, ela faz com que aqueles recursos posteriores a dezembro de 2016 não sejam movimentados, não sejam mexidos, não sejam organizados como deveriam. Isso só fará com que a gente tenha que, no futuro, mexer nesses recursos, porque serão sobras que ficarão aí numa esteira de desorganização e precisarão ser novamente tocadas. Dito isso, voto favoravelmente, porque eu prefiro isso a manter desorganizado como está hoje – e isso é interesse de uma oposição que faz oposição só por ser contra. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Camozzato.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Mensagem Retificativa nº 01, destacada, ao PLCE nº 010/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 15 votos **SIM** e 14 votos **NÃO**. Ficam prejudicadas as Subemendas nº 01, nº 02 e nº 03 à Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 010/18.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 010/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por

13 votos **SIM**, 06 votos **NÃO** e 03 **ABSTENÇÕES**. Ficam prejudicadas as Subemendas nº 01 e nº 02 à Emenda nº 06 ao PLCE nº 010/18.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 010/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) 14 votos **SIM**, 01 voto **NÃO** e 02 **ABSTENÇÕES**. Declaro nula a votação por falta de quórum deliberativo.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB) – às 16h36min:
Encerrada a Ordem do Dia.

Solicito ao Ver. José Freitas que assuma a presidência, para que eu possa fazer meu pronunciamento da tribuna.

(O Ver. José Freitas assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Tempo de Presidente.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Senhoras e senhores, eu venho a esta tribuna, independentemente da questão de Governo ou de oposição, na condição de Presidente da Casa e com a autonomia que o Parlamento deve ter, para dizer que há uma situação em Porto Alegre que é insustentável e para a qual espero providências do Governo, que é a situação dos moradores de rua da Cidade. Eu trago aqui algumas imagens da Av. Goethe.

(Procede-se à apresentação de PowerPoint.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Na Av. Goethe se proliferam essas construções, que eu não sei exatamente que nome se dá a isso, mas me parecem iglus, porque são feitos de isopor. Era um; depois, dois; agora são três, e nós temos uma absoluta inércia do Poder Público Municipal com relação a isso. Não é só na Av. Goethe.

Aqui, de novo: não é uma fala de oposição, não é uma fala de situação, é uma fala do Parlamento de Porto Alegre. As pessoas nos cobram na rua: “Mas para que serve o Parlamento? Vocês não têm o dever de fiscalizar? Vocês não têm o dever de cobrar? Vocês não têm o dever de oferecer soluções?” Mas nós temos oferecido soluções, nós temos cobrado. Mais do que isso, nós temos cortado na carne para resolver esse problema. Os 36 Vereadores desta Casa estão economizando, na média, ao longo desse ano de 2018, 70% da verba de gabinete – 70%! Nós reduzimos a frota de veículos desta Casa em 50% neste ano; doamos a metade da frota dos veículos para a Guarda Municipal. Nós reduzimos a conta de energia do Parlamento em 30%, a partir de um projeto de sustentabilidade feito lá com o Ver. Cassio Trogildo e concluído comigo, que é a usina de geração de energia solar. Economizamos recursos, que oferecemos para o Executivo enfrentar esses dois problemas: moradores de rua e

buracos nas ruas. Nós queremos dar R\$ 10 milhões para a operação dos buracos. Por quê? Porque o orçamento da SMOV, no ano de 2018, para tapar buracos em Porto Alegre, era de R\$ 15 milhões. Nós queríamos dar R\$ 10 milhões, o que praticamente duplicava o recurso da SMOV. O Governo disse que não podia aceitar, porque não podia alocar o recurso na SMOV, que entraria no caixa único e não poderia alocar. Ora, com todo o respeito ao Governo, ao Líder do Governo e ao Prefeito, se esse argumento fosse verdadeiro, Ver. Alvoní Medina, não podia suplementar o recurso da Carris, não podia botar dinheiro na Procempa, não podia sequer fazer o Prefeitura na Comunidade, porque era alocação de recursos em rubricas diferentes. Então, é a vontade do administrador que gere o recurso do orçamento e desloca o recurso do orçamento pra isso. É impossível que a Cidade continue assim. Fala aqui, de novo, alguém que não está fazendo uma crítica de oposição, nem aderindo a uma posição ou outra, mas que fala em nome do Parlamento. Nós somos cobrados e demandados. É impossível que a Cidade continue convivendo com essas circunstâncias. Foi a Brigada Militar, depois que a Câmara de Vereadores foi ao Viaduto Otávio Rocha, que encontrou uma solução para o viaduto, quando deveria ter sido a Prefeitura Municipal, através dos seus meios, de uma superssecretaria que foi criada, que é a Secretaria da Ação Social. Mas, retirou-se desta Secretaria e colocou-se na Secretaria da Saúde, que deveria se encarregar de outras coisas. Então, eu estranho a reforma administrativa que foi feita, que, se por um lado nós queríamos enxugar, pois, sim, era necessário reduzir de 39 para 15, mas era preciso dar atribuições a cada área, o que compete a cada área. Desenvolvimento social é cuidar da promoção das pessoas que estão em situação de rua, é retirá-las dessa situação para o bem da ordem urbana, para o urbanismo e, inclusive, para o bem daqueles que pagam impostos, e colocá-las num aluguel social, ou terem uma política, desenvolvendo o urbanismo, por exemplo, e pegar o dinheiro do solo criado e fazer habitação popular, mas não manter a Cidade desse jeito. Aqui, na Av. Érico Veríssimo, no muro do lado do CETE, tem um acampamento, há meses! Isso é inaceitável. Nós pagamos, o Parlamento paga. Mais: na Av. Ipiranga, aquelas casas continuam; são retiradas e, no dia seguinte, voltam. Não importa, tem de tirar. Na Praça Brigadeiro Sampaio, aqui do lado, com a orla revitalizada, do lado do pilar, puxa-se um caibro de madeira, faz-se uma cobertura de plástico preto. O que era uma, agora são duas, são três famílias ali na Praça. Ninguém quer simplesmente remover, nós queremos é dar uma solução digna a essas pessoas, mas não assim. Na Av. Farrapos, entrada da Cidade, na estação do Trensurb, ponto final de várias linhas de ônibus da Carris, tem uma vila nascendo com pessoas – nós estivemos lá – morando em meio ao lixo, em meio a ratos, em meio a animais, numa situação absolutamente insalubre e inaceitável. Lá na subida da Rua Ramiro Barcelos, na Praça Júlio de Castilhos, já tem uma pessoa morando, e era uma praça que tinha sido adotada, estava bonita. Embaixo do Viaduto da Conceição, mais um ponto; na Av. Carlos Gomes, entre as estações de ônibus, mais um ponto de pessoas morando.

Meus concidadãos porto-alegrenses, independentemente da posição, aqui fala o Parlamento, é inaceitável essa situação! Precisamos resolver essa situação, e nós estamos, meu caro Líder, de novo, e veja pela minha postura, que é uma fala do

Presidente do Parlamento, que tem que cobrar, porque é cobrado. O Parlamento é cobrado; nós somos cobrados. Nós oferecemos R\$ 10 milhões para isso, e se tivessem sido alocados lá? Perguntei ao Secretário Erno: “Esse valor te ajuda?” E ele me disse: “Resolve por seis meses”. Isso era maio, nós estamos em agosto. Nós poderíamos ter tido, a partir do final de julho, uma política de remoção dessas pessoas, de realocação dessas pessoas, com o aluguel de um centro para levá-las e resolver essa situação que é indigna, indecorosa, uma vergonha para uma Cidade que já foi, no passado, uma das cidades mais importantes do nosso País.

Portanto, eu digo aqui, mais uma vez, com a responsabilidade de quem já ofereceu a solução, de quem estendeu a mão, de quem não está fazendo uma crítica gratuita ao dizer que o cidadão de Porto Alegre não consegue mais conviver com esta situação. Eu não estou falando dos buracos, que é outra situação que clama por uma solução, mas estou falando da situação dos moradores de rua, que se prolifera cada dia mais. É um pouco da teoria da janela quebrada: põe um barraco; daqui a pouco mais, vem o segundo; daqui um pouco mais, vem o terceiro barraco. Lá Av. Voluntários da Pátria, passando a Vila dos Papeleiros, está nascendo outra vila de outra invasão. Depois de criados os problemas é muito mais difícil de remediá-los.

Então, é preciso ação, e é o que eu estou cobrando aqui: ação! Ver. Moisés, eu lhe peço isso, sei que vai transmitir, sei que essa fala vai ecoar e é para isso mesmo, para que ecoe, porque nós precisamos nos mexer, nós temos que resolver essa situação. As pessoas estão nos cobrando, e nós temos que resolver a situação dos moradores de rua de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Sr. Presidente, todos que nos acompanham, eu gostaria de solicitar a atenção – eu ainda não saí desta Sessão, vou levar o que o Presidente deste Legislativo me entregou – do Ver. Ricardo Gomes, do Ver. Cassio Trogildo e dos demais Vereadores que ainda permanecem. Eu não fui ao Paço Municipal levar o documento que este Legislativo solicitou, mas, hoje, há pouco, foi enviada uma nota oficial sobre a questão que nos foi encaminhada. Nós vamos até o Paço Municipal, mas eu gostaria de fazer a leitura rápida aqui desta nota (Lê.): “Sem saída para uma greve sem motivos – a não ser o interesse eleitoral – o Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (Simpa) intensificou o gasto publicitário e as ações midiáticas para tentar justificar o injustificável. Com a realização de 53 reuniões com o Simpa desde o início do governo, o discurso sobre a ‘retomada do diálogo’ virou obra de ficção. Justamente porque, todos sabem, o diálogo sempre existiu. Ao insistir em uma paralisação sem sentido, a não ser o proveito particular e partidário de seus

dirigentes militantes, o Simpa se afasta dos bons servidores que prestam serviços públicos à população de Porto Alegre. Mais do que isso: penaliza as pessoas que mais precisam de atendimento essencial na saúde, educação e assistência social no município. Nosso propósito é simples: fazer a prefeitura funcionar para as pessoas. Acreditamos que a administração pública deve servir à sociedade e não para si mesma. Como milhares de servidores municipais têm feito diariamente, mantendo o atendimento à população. Temos a coragem necessária para olhar além de quem grita em um microfone. Estamos empenhados em atender as vozes silenciosas da sociedade. Estamos ouvindo e agindo para as pessoas que não têm sindicato, não têm emprego estável, não têm partido, enfim, não têm megafone. Apesar das imensas dificuldades financeiras, nós fizemos muito em pouco tempo. Só nesta semana, entregamos o primeiro benefício do Programa Moradia Primeiro; após 8 anos, assinamos a concessão da nova área azul; iniciamos uma nova fase no Hospital da Restinga, com mais leitos e muito mais serviços à população; concluímos a fase interna do cercamento eletrônico da Cidade; destravamos obras públicas; fizemos investimentos privados, que estavam parados há décadas; e entregamos projetos como a Orla do Guaíba. Temos ações importantes nas áreas da saúde, educação, segurança, e assistência social. Em síntese, estamos fazendo aquilo que o cidadão quer e exige: colocar a Prefeitura a serviço das pessoas. A sociedade já percebeu que a tática da mobilização diária, bruta, invasiva é uma mera estratégia de campanha eleitoral. O objetivo é conquistar espaço diário na mídia, mesmo que seja dentro do espírito de ‘quanto pior, melhor’; mesmo que tenha como consequência o prejuízo à mobilidade urbana de trabalhadores e do empreendedor, que precisam mover-se pela Cidade para produzir rendas. Cada dia há mais greves, já são 31 paralisações, é um novo desgaste do Simpa junto à população. Essa greve insensata tende a terminar para o bem dos verdadeiros servidores públicos, para o bem do cidadão, para o bem de Porto Alegre. A greve do Simpa, em números: em 19 meses da atual gestão, já foram deflagradas seis greves do Simpa, até agora são 73 dias sem trabalhar; somente nessa última, iniciada em 31 de junho, são 31 dias parados. Nesse período, já ocorreram quatro invasões à Câmara de Vereadores, à Prefeitura, Secretarias Municipais, órgãos públicos; foram 126 protestos, sendo que em 2018 foram registrados 43 com relação a piquetes, e contabilizados 126, desde janeiro de 2017. Prefeito Nelson Marchezan Júnior.”

Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Vereador. Agradeço ao Ver. Moisés Barboza pela disposição de levar a correspondência ajustada com os Srs. Vereadores ao Paço Municipal, ao Prefeito.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Presidente, eu quero apenas justificar a minha ausência na reunião, como Líder do Partido Progressista, pois me encaminhei até o local onde estava ocorrendo a reunião e, ao identificar na reunião

peças que haviam participado da invasão do Paço Municipal, cumpro a minha palavra de não mais me envolver para levar adiante as intenções dessas peças que participaram da invasão, e por isso me retirei. Quem acompanhou, em nome do Partido Progressista, foi o Ver. Cassiá Carpes. Só para registro. Obrigado.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Vereador. Agradeço a presença de todos. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h54min.)

* * * * *